

STU divulga os resumos das teses que vão ao X Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, em novembro

ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM O TRABALHADOR

O STU este ano completou 18 anos e estamos realizando o X Congresso do Sindicato. Nosso I Congresso foi em 1991, lá também foi a fundação do STU. É uma demonstração de vitalidade, afinal nesses 18 anos foram muitas as transformações no mundo e os nossos Congressos sempre foram momentos de avaliar as conjunturas e apontar as saídas de luta para os trabalhadores.

Nesse ano o X Congresso acontece à luz de uma crise do sistema capitalista. Em 2010 tem novas eleições gerais e os oito anos de governo Lula terão sido uma importante experiência para o Brasil, com repercussão na América Latina, que avança na integração e pulsa por mudanças. O Brasil avançou, é mais influente na América Latina e no mundo, fez políticas sociais importantes, aprofundou a democracia, mas ainda é um país muito injusto que precisa aprofundar mudanças e reformas que tragam mais justiça social. O ano 2010 será pautado pela disputa dos que querem avançar nas mudanças e aqueles que defenderão os privilégios das elites conservadoras. Certamente o STU, se depender da Alerta Unicamp, somará forças com aqueles que querem aprofundar as mudanças no Brasil.

Resposta do movimento sindical

O STU em seu IX Congresso deliberou por participar desde o início de um processo de formação de uma nova central, capaz de reafirmar as conquistas dos trabalhadores, politizar o movimento sindical, defender a unidade dos trabalhadores, as mudanças com valorização do trabalho, os serviços públicos e o socialismo enquanto projeto estratégico. O STU participou do Congresso de fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, realizado em dez/07 em BH. A CUT já não respondia as necessidades dos trabalhadores. Vários setores deixaram a CUT por sua política de atrelamento e vacilação (lembremo-nos da atuação da CUT na Reforma da Previdência), além de uma visão hegemônica, não contribuindo para construir a unidade dos trabalhadores. Hoje existe uma pluralidade nas centrais sindicais, já são seis as reconhecidas. A CTB tem apontado a necessidade de uma articulação que unifique todas as centrais em uma plataforma dos trabalhadores, para que seja também um instrumento para discussão eleitoral de 2010. A redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, desenvolvimento soberano com distribuição de renda, garantia de direitos e respeito à organização sindical, devem compor essa pauta. De momento os trabalhadores seguem reagindo ao ataque dos patrões, que utilizaram dinheiro público no momento da crise e mesmo assim se aproveitaram da crise para promover

desemprego e reduzir a massa salarial dos trabalhadores. Várias categorias foram à greve, dentre elas a nossa categoria, em conjunto com os trabalhadores das universidades paulistas, mas também com greves importantes de metalúrgicos, correios, bancários, dentre outros. Vamos propor que o nosso X Congresso reafirme esse caminho apontado pelo II Congresso da CTB, no mês de out/09 em SP, onde a delegação do STU deu importante contribuição na elaboração de políticas de defesa dos serviços públicos.

Aqui na Unicamp...

A Unicamp escolheu um novo reitor em março/09. O prof. Fernando Costa foi escolhido, após um longo processo em que as forças presentes na reitoria trabalharam para que fosse candidato do consenso. O objetivo era manter acordos de gestão e espaços, sem, no entanto, expressar um projeto de mudanças. Esse projeto da reitoria influenciou até na eleição do STU em agosto/08, onde os grupos a partir dos gabinetes da reitoria articularam uma chapa de oposição a atual diretoria do Sindicato, tendo a chancela da CUT para legitimar a chapa. A categoria mais uma vez deu uma expressiva vitória a chapa Alerta Unicamp e legitimou ainda mais a CTB. Na discussão da reitoria o STU se movimentou para impedir uma manobra que impediria o debate de projetos na escolha do reitor. Estimulou outras candidaturas que por fim se materializaram nas candidaturas do Prof. Fernando e da Profª Gláucia. Apesar do sindicato não ter se posicionado por nenhuma das candidaturas, os representantes da ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM O TRABALHADOR, não tiveram dúvida, apoiaram a profª Gláucia. Era preciso construir um programa de contraponto. Há um projeto conservador de universidade e que já se arrasta há anos subordinados a uma política destrutiva dos governadores tucanos no Estado, e que tem se materializado em ataques aos serviços públicos, precarização, terceirização, desrespeito profissional, ausência de democracia, etc. Mais uma vez a categoria entendeu a mensagem e votou em massa na profª Gláucia. A disputa, apesar de desigual deixou evidente o descontentamento dos funcionários, já que os estudantes se quer participaram do processo, em função do calendário. Mais uma vez ficou evidente que é preciso aprofundar o debate sobre os rumos da universidade e exigir da Unicamp um olhar novo para o que está acontecendo no Brasil e A.L., além de internamente discutir a democratização da universidade, incluindo na pauta as eleições diretas e paritárias, como instrumento de se avançar na democracia interna.

Campanha salarial

Em maio desse ano o Fórum das Seis conduziu uma greve que envolveu funcionários e professores da USP,

Unicamp e Unesp e que também teve a participação dos estudantes.

A greve tratou dos salários, discutiu a universidade virtual, a assistência estudantil, mas o que prevaleceu foi à marca da truculência dos reitores com a presença da PM no campus da USP, a violenta repressão ao movimento e o ataque à organização dos trabalhadores da USP. A greve arrancou negociações internas, mas não rompeu com a intransigência do Cruesp, que negou o comunicado nº 3 e recua na prática da negociação no segundo semestre. A marca importante dessa greve é que precisamos fortalecer cada vez mais o Fórum das Seis, ele é a expressão da unidade de funcionários, professores, estudantes das três universidades, que mais uma vez demonstrou que mesmo diante da truculência do Serra ou da intransigência do Cruesp, as comunidades da USP, Unicamp e Unesp não se calam quando são atacadas.

Nossa organização

Esse será um importante desafio do X Congresso. Cada vez precisamos discutir instrumentos para unir os trabalhadores, enfrentar as políticas que nos dividem e fortalecer e aproximar o sindicato dos trabalhadores. Há várias experiências em curso e muitas lacunas. De antemão a tese ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM O TRABALHADOR rejeita a simplificação daqueles que atribuem as dificuldades de organização ao fim da proporcionalidade. A proporcionalidade não uniu os trabalhadores pelo contrário ela dividiu e foi rejeitada na Unicamp e nos sindicatos de todo país. Os problemas de organização não dizem respeito só ao STU, mas ao conjunto do movimento sindical brasileiro que vive uma fase de transição. Uma diretoria do sindicato tem que estar unificada em um único programa e toda diretoria com os mesmos compromissos, compreender isso é apostar na força e na unidade dos trabalhadores.

Assinam esta tese:

Diretores do STU: Afonso (HC), Claudete (FUNCAMP/HC), Cleide (BC); Cleusa (IFCH), Dora Célia (HC); Elaine (HC), Genézio (IA), Gilmar (NEPAN), Bombeiro (Sinfra), João Batista (HC), Kiko (IEL), Cido (Siarq), Donizete (Cotuca), Reinaldo (IMECC), Luiz Scapini (FUNCAMP), Marcílio Ventura (CCS), Márcio do Carmo (HC), Margarida Barbosa (Caism), Maria Alice Cherubim (FE), Dona Maria (Aposentada), Bel (HC), Mauro (FOP), Nilvane (Vigilância), Osmar Marchese (IE aposentado), Paulo Gachet (Limeira), Sylvania (Caism), Zilda (Creche), Eber (CPQBA), Ergio (FEE), Iraci (HC), Juarez Candido (IFCH), Graça (Caism) e MILITANTES ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES.

VAMOS À LUTA!

Este congresso ocorre justamente num momento em que presenciamos a maior crise econômica dos últimos 70 anos. Esta crise foi fomentada pela busca capitalista insaciável pelos lucros, que levou a uma produção maior do que o consumo e a uma especulação ainda maior do que a produção, tomando dimensões sem precedentes. As principais respostas a esse cenário não são surpresas:

No Brasil, marcaram presença este ano greves e manifestações de rua, em especial do funcionalismo público, e ocupações de terra e interrupções de rodovias, protagonizadas por setores como MST e MTST.

a fim de retomar os patamares de acumulação, os governos privilegiam “salvar” os grandes bancos e empresas, ao mesmo tempo e m

que intensificam a exploração sobre @s trabalhador@s e o processo de retirada de direitos.

No Brasil, o governo Lula segue a risca o projeto que já vinha implementando, iniciado por Collor e FHC. Não por acaso, a crise vem justificando subsídios ao agronegócio, pacotes econômicos e isenções fiscais a bancos e montadoras, manutenção do pagamento dos juros da dívida pública, medidas aliadas a maior contenção de gastos com trabalho, saúde, previdência, educação, transporte e meio ambiente. Como conseqüência dessa política, Lula aprova as práticas de corrupção, clientelismo e nepotismo, que tem hoje em José Sarney sua principal expressão.

No entanto, os trabalhadores não têm ficado calados perante a toda essa barbárie. No Brasil, marcaram presença este ano greves e manifestações de rua, em especial do funcionalismo público, e ocupações de terra e interrupções de rodovias, protagonizadas por setores como MST e MTST. Ao passo que aumentou a resistência, os governos têm respondido com truculência: atacando o direito de greve (o governo Lula declarou a greve do INSS ilegal antes mesmo

de ela começar); com a CPI do MST; ou mesmo a entrada da PM no campus da USP na última greve.

Privatização da Saúde

Em âmbito estadual, o governo Serra tem iniciado uma enorme ofensiva contra a Saúde Pública. Recentemente foi aprovado o PLC 62/2008, que possibilita a entrega da

gestão de qualquer unidade de saúde - hospitais, laboratórios etc - para as chamadas OSs (organizações sociais). Na prática isso significa entregar a saúde pública do estado à iniciativa

privada. Com isso, os resultados são uma enorme precarização das condições de trabalho dos profissionais da saúde e uma conseqüente piora no serviço prestado. Perdem os trabalhadores da saúde, perdem os trabalhadores que utilizam o serviço. Ganham uns poucos gestores, à frente de entidades “sem fins lucrativos”. Tendo em vista que as OSs são escolhidas sem qualquer licitação, é de supor que haja corrupção nessa relação nefasta entre os empresários - agentes do capital - e o Estado

Na esteira de Serra, vários prefeitos já estão fazendo o mesmo com as unidades de saúde. Dr. Hélio

(PDT-PT-DEM-PCdoB e muitos outros) tem feito o mesmo: entregou a administração do hospital do Ouro Verde para a SPDM, uma entidade privada que, inclusive, responde por diversos processos de irregularidade e corrupção na gestão da saúde. Resumindo: grandes negócios para alguns poucos e os trabalhadores e a população vão pagar a

conta.

É neste cenário que se situa a proposta de autarquização do HC/Unicamp. Pois o que acontecerá se o Complexo Hospitalar/Unicamp passar para o controle da Secretaria Estadual de Saúde? Simples: vai ser entregue a uma OS. O fato é que a lei estadual proposta por Serra já possibilita isso. O que está em jogo é a privatização do HC/Unicamp!

Além da tragédia que isso significaria para os trabalhadores do Complexo Hospitalar/Unicamp e para os usuários de toda a região, a autarquização é uma forma de dividir nossa categoria, enfraquecendo todos os trabalhadores da Unicamp.

Nesse cenário, nosso sindicato tem vacilado nessa luta. O PCdoB (partido ao qual o grupo que dirige o STU está ligado) compõe a base de sustentação do governo Hélio e Lula. Dessa forma, a atuação crítica da direção do STU em relação às políticas desses governos também está limitada. Isso porque, cria-se uma situação constrangedora para o STU denunciar a entrega dos hospitais estaduais pelo governo Serra (e, em especial a entrega do HC da Unicamp), quando o governo Hélio pratica a mesma política na cidade.

A privatização disfarçada de autarquização é o maior ataque que os trabalhadores da Unicamp

Além da tragédia que isso significaria para os trabalhadores do Complexo Hospitalar/Unicamp e para os usuários de toda a região, a autarquização é uma forma de dividir nossa categoria, enfraquecendo todos os trabalhadores da Unicamp.

estão sofrendo. É preciso que imediatamente organizemos a luta contra isso. Potencializar a luta contra a privatização do HC deve ser a principal tarefa do X Congresso do STU.

Mas ela precisa começar já. O STU não pode vacilar. Vamos à luta!

Assinam esta tese:

Marcelo José Azevedo (DGA/Prefeitura), Diego Machado de Assis (IQ), Gislaine Cristina de Oliveira (DGA), Marina Martins (DGRH), Patrícia Rocha Lemos (PRP) Paulo Eduardo de Lima Gouveia (DGA), Michel Fernando Pena (FCA).

SINDICATO PARA TODOS

O amigo ou a amiga poderá estar pensando, o que faz que um grupo de trabalhadores da Unicamp dispute o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp com a tese Movimento: Sindicato para Todos?

Primeiramente, é importante ressaltar com o fim da proporcionalidade na eleição sindical, a diretoria do STU é composta por uma única vertente política.

A falta de diversidade política na direção sindical traduz na falta de mobilização, na redução dos boletins, no pequeno número de diretores trabalhando para a categoria, na ausência do STU dos conselhos sociais (saúde, meio ambiente, Cerest etc) e principalmente na ausência de organização sindical de base.

A Reitoria da Unicamp vê um sindicato esvaziado, ruim das pernas, com baixa produção de materiais informativos (é rara a semana que tem boletim do STU, estamos em outubro e o STU publicou menos de 50 boletins, mesmo com a greve) e a consequência de tudo isso é a baixa mobilização, em um período em que os ataques do Governo Serra (PSDB) e o desmonte da Unicamp estão no auge.

A terceirização avança na Unicamp e agora eles querem autarquizar a área de saúde para privatizar e terceirizar mais. Nos debates, fica explícito que o modelo de gestão a ser implantado é o de Fundação de Direito Privado. Os atuais trabalhadores da área de saúde ficarão "CONGELADOS" em um quadro em extinção, praticamente excluídos da Unicamp, sem direitos e isolados.

Ainda é tempo de reverter essa política perversa anti-trabalhador, esta PRIVATARIA do Governo Serra, mas é preciso um Sindicato de luta.

A tese Movimento: Sindicato para Todos entende que a atual direção do STU possui responsabilidade pela desmobilização da categoria, mas o importante no momento não é saber de quem é a culpa e sim trazer os

trabalhadores da Unicamp para a luta.

Nesse sentido, a tese Movimento: Sindicato para Todos convoca todos(as) trabalhadores(as) a participar do Congresso dos Trabalhadores da Unicamp e firmar fileiras contra a privatização e precarização das relações de trabalho da Unicamp.

Nossas propostas:

- Retorno da proporcionalidade direta na base nas Eleições Sindicais do STU;
- Pela manutenção da filiação à CUT, respeito aos Estatutos do STU;
- Pela implementação do projeto de carreira da FASUBRA;
- Pela aprovação de Cotas Raciais e Sociais no Vestibular da Unicamp para egressos do ensino público;
- Pela Aprovação dos Estatutos da Igualdade Racial no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa de São Paulo;
- Pré-Sal 100% brasileiro;
- Auxílio Alimentação para todos os trabalhadores (igual ao da USP);
- Defesa do Iamspe e pela construção do Hospital Regional do Servidor Público de Campinas e Região;
- Contratação somente por Concurso Público;
- Propomos que o programa NUTRICAMP seja imediatamente aplicado nos Restaurantes Universitários;
- Redução da carga horária dos trabalhadores que atuam na área de saúde para 30 horas semanais, sem redução de direitos e salário;
- Repúdio total à implantação de ponto eletrônico em desacordo com a Portaria 1510/09 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Tratamento humanizado nas relações de trabalho – Não ao Assédio Moral;

A terceirização avança na Unicamp e agora eles querem autarquizar a área de saúde para privatizar e terceirizar mais.

Nos debates, fica explícito que o modelo de gestão a ser implantado é o de Fundação de Direito Privado.

- Redução da jornada para os trabalhadores do Sistema Educativo;
- Pautar com a Reitoria o reconhecimento do título de Especialista na Carreira;
- Lutar pela regulamentação da APOSENTADORIA ESPECIAL na Unicamp para os trabalhadores que trabalharam em condições insalubres e perigosas;
- Lutar pelo aumento do piso da tabela (Salário Mínimo do DIEESE);
- Implementação do Conselho Gestor na Área Hospitalar nos moldes do SUS (50% usuários, 25% trabalhadores da área da saúde e 25% gestores);
- Criação do Conselho Gestor de Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Unicamp;
- Por uma ESTATUINTE para reformar os estatutos da universidade buscando a

participação paritária de todos;

- Eleição livre, direta e paritária para Reitor e diretores de unidades;

•Pela regulamentação

do Artigo 161 do Esunicamp que estabelece um Seguro de Vida coletivo para a comunidade da Unicamp;

- Pela extensão da Assistência Médica e Odontológica através do CECOM para os dependentes;
- Auxílio Saúde para todos os trabalhadores da Unicamp nos moldes do Governo Lula.

SINDICATO PARA TODOS(AS)!

Assinam esta tese:

Oposição Sindical Cutista da Unicamp, Ronaldo Luis de Almeida (CIPA), Adriana Aparecida Agostinho (HC), Robson José de Almeida (IB), Conceição Aparecida da Silva (HC) e Maria Aparecida dos Santos (HC).

RETOMAR O SINDICATO PARA OS TRABALHADORES

Os sindicatos foram a primeira forma de organização que os trabalhadores criaram para lutar pela defesa de seus direitos. Submetidos as péssimas condições de trabalho, baixos salários, exploração do trabalho infantil, jornadas de trabalho extremamente longas, historicamente nossa classe construiu instrumentos para combater a exploração capitalista. Essa organização deve servir aos interesses e ações dos trabalhadores. Deve ser responsável por mobilizar e instrumentalizar politicamente as lutas da nossa classe. O STU já há algum tempo deixou de cumprir essa função.

O grupo Alerta/PCdoB, que dirige o STU há anos, é o principal responsável pelo processo de burocratização por que passou nosso sindicato e que levou ao afastamento entre sua diretoria e o conjunto dos trabalhadores da Unicamp. Esse é o motivo que fez com que ele deixe de ser nosso instrumento de luta e se transformasse em uma entidade que privilegia a negociação em detrimento da organização da categoria.

A dificuldade de organização dos trabalhadores da Unicamp é

causada por uma série de fatores. Um dos principais é a falta de democracia no sindicato e nas instâncias de deliberação, o que se reflete no pequeno trabalho de base e na pouca importância que a diretoria do sindicato dá à organização dos locais de trabalho. Por isso, são necessárias medidas urgentes para a redemocratização do sindicato e ampliação do poder de organização dos trabalhadores na base.

O papel que a direção do sindicato exerceu nas últimas greves foi lamentável. Totalmente desorganizada e com posições políticas equivocadas – tanto na greve contra os decretos de Serra que tentavam destruir a autonomia universitária, quanto na última greve que coincidiu com nosso período de campanha salarial. Invariavelmente, a direção do sindicato atuou de forma a frear a mobilização dos trabalhadores.

Nos últimos anos o STU tem funcionado

como um instrumento de negociação e conciliação com a reitoria. Mas, a experiência de nossas lutas mostra necessária uma postura totalmente diferente: se pretendermos defender a universidade e o direito dos trabalhadores, teremos de empreender uma luta intransigente contra o governo e a reitoria. A conciliação de interesses é impossível nesse caso: o projeto dos governantes e administradores é a privatização da universidade, a transformação da instituição em uma ferramenta para o lucro dos grandes capitalistas. E, para fazer isso, tem de atacar os trabalhadores e estudantes. Por isso, qualquer ilusão na possibilidade de negociação deve ser abandonada: teremos de derrotar esse projeto para defendermos nossos direitos e a qualidade da universidade.

Nesse sentido, o sindicalismo de negociação que marca a atuação do STU nos últimos anos deve ser rechaçado. O papel do sindicato é organizar os trabalhadores para a luta, e não se limitar a sentar-se à mesa de negociação. Precisamos retomar uma antiga tradição da nossa categoria (que vem desde os tempos da Assuc): a tradição do sindicalismo de luta.

O que significa que devemos retomar um conjunto de métodos de luta abandonados pelo sindicato: a mobilização dos trabalhadores é nossa arma maior e para alcançá-la teremos de fazer o debate político dos problemas e, também, realizar ações de mobilização mais contundentes: arrastões pelas unidades, piquetes, catraca-livre nos restaurantes, etc.

Nos últimos anos temos dois exemplos contrários que demonstram a importância da luta e da organização dos trabalhadores. A luta contra o aumento da jornada na Área da Saúde foi desmobilizada pelo sindicato, que privilegiou a negociação com a reitoria em detrimento da ampliação da greve. Acreditando somente na negociação, o sindicato levou a categoria à derrota.

Diferente foi a luta das professoras das creches. Elas se organizaram e se mobilizaram, mantendo firme a luta por suas reivindicações: dessa forma, conquistaram

avanços significativos. Contudo, mesmo essa luta ainda deve continuar. Não devemos confiar em negociações com a reitoria. Temos de mirar o problema que tivemos em outras oportunidades e não esquecer que, desmobilizados, a reitoria pode impor seu projeto de destruição do serviço público e dos direitos dos trabalhadores.

1- O Sindicato deve organizar os trabalhadores na base

Nossas lutas dependem da força de mobilização da categoria e da organização de base dos trabalhadores. O sindicato deve priorizar a organização e a luta permanente dos trabalhadores. Deve estar presente no seu dia-a-dia e tomar medidas concretas para fortalecer a organização cotidiana dos trabalhadores por locais de trabalho.

O sindicato deve acompanhar de perto as reuniões de unidades e setores e, onde elas não acontecerem, ele deve ter um papel ativo em sua organização. Deve assumir o papel de educar os trabalhadores sobre a importância da realização regular das reuniões nos setores. Ele não pode ficar esperando que a categoria o procure, mas, ao contrário, deve buscar, a todo o momento, o contato com a categoria.

Isso significa também que, diferente do que tem realizado até agora, o sindicato deve ter presença regular nos outros campi da Unicamp – e, também, no HC e na Área de Saúde.

Outro ponto importante é o novo caráter que os materiais do sindicato devem possuir. Nos últimos anos os boletins e jornais que o sindicato produz têm um defeito grande, que reflete os outros problemas do tipo de sindicalismo que a diretoria pratica: ele é um simples informativo, com uma linguagem pouco envolvente. É quase um jornal de notícias. Mas não deve ser essa sua função.

Os materiais produzidos pelo sindicato devem ser um instrumento de discussão política e de mobilização da categoria. Deve ser um instrumento de conscientização e organização das lutas.

Por isso, sua produção deve ser realizada com muito cuidado e prezando sempre pelo caráter de agitação e mobilização da categoria.

Assinam esta tese: Marina Rebelo (FCA), Guilherme (DGA/Transportes) e José Costa Pinheiro.

O sindicato deve priorizar a organização e a luta permanente dos trabalhadores. Deve estar presente no seu dia-a-dia e tomar medidas concretas para fortalecer a organização cotidiana dos trabalhadores por locais de trabalho.

ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A crise econômica financeira provocada pela política neoliberal capitalista, trouxe fatos previsíveis para o panorama internacional. Desta feita, os capitalistas reclamam financiamento público para salvar seus negócios, e os governos (o do Brasil inclusive), correm em seu socorro, investindo grandes somas de dinheiro público, que poderiam estar financiando obras públicas de grande envergadura e benefício social para a maioria da população excluídas e condenadas a opressão, ao desemprego, a fome, e morte pelo capitalismo e o liberalismo econômico. Há quem interprete que o neoliberalismo acabou. Ledo engano, foi assim em 1929, com seu antecessor, o liberalismo econômico, que também buscou financiamento do Estado para a salvação de seus negócios naquele momento. Depois de passada a turbulência, voltam as mesmas práticas do imperialismo, sobretudo com o descenso MUNDIAL NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E OPRIMIDOS, algo também natural em momentos de crise.

Se a eleição de Barack Obama trouxe uma relativa melhora na autoestima dos negros, com a "sensação" de que também podemos ser mandantes de nossos povos e estados. Em todo o mundo ocorre uma realidade de retrocessos e derrotas para negros, trabalhadores e oprimidos: as demissões são contadas aos milhões nos países do primeiro mundo, na Ásia, África e América Latina, não trazendo perspectivas de soluções senão pela LUTA.

A influência da direita, na Ásia e na Europa aumenta apesar da crise, demonstrando que a ideologia e o aparato imperialista neoliberal continua sob controle, e que retomará sua política de ataque aos povos oprimidos em todo o mundo, logo que passe as atuais turbulências. O mesmo pode-se dizer da África e Oriente Médio, onde as elites subsidiadas pelo imperialismo, aumentam os conflitos, guerra civis, os golpes de Estado, proliferando os dirigentes corruptos, que impedem o desenvolvimento das nações de forma soberana e avancem rumo a um mundo livre, com nações se desenvolvendo segundo suas vocações e riquezas naturais, propiciando o bem estar de seus povos, não somente as elites intelectuais e militares, amplamente denunciados por inúmeras personalidades africanas e pan-africanistas e mundiais

O duplo assassinato em Guiné Bissau, recentemente são um exemplo de como as elites se matam pelo controle do Estado e da entrega de suas riquezas para o imperialismo em troca do benefício de uma minoria, enquanto seus povos morrem a míngua, sem emprego, sem moradia, sem água e sem comida.

DENTRO deste cenário é importante que se discuta no BRASIL, o mito da Reparação Histórica e Humanitária, um Plano de Lutas para os próximos anos de um enfrentamento inevitável, de um futuro difícil e de privações, para os negros e a população pobre em geral

1. REPARAÇÃO HISTÓRICA E HUMANITÁRIA

Primeiro foi o sequestro dos nossos ancestrais na África, com a cumplicidade da Igreja Católica (também proprietária de escravos), que pelo acordo recebia 5% de comissão pela venda de africanos nas Américas, sob o argumento de que "negro não tinha alma".

A escravidão inviabilizou o continente africano e aos negros na diáspora. As mortes ocorridas durante a travessia do Atlântico, pela fome, por doenças ou jogados ao mar, como forma dos traficantes, ludibriarem a repressão ao tráfico. A destruição e saque dos recursos naturais da África, a exploração, subjugação e destruição de seu povo pelo colonialismo, a violência, os maus tratos e a escravização que nos separou e levou precocemente à morte nossos ancestrais no Brasil.

O negro, após séculos de trabalho escravo, construindo uma infra-estrutura e uma economia promissora, deparou-se com o processo de branqueamento da sociedade brasileira, com importação de trabalhadores assalariados europeus com vantagens, financiamentos e facilitação para a compra de terras. A abolição excluiu o povo negro do resultado do seu trabalho e da ocupação no trabalho assalariado, criando barreiras para o aproveitamento da sua mão de obra, sem

qualquer indenização. Agora, como antes, sem salários, jogando nas ruas famílias inteiras sem ter como sobreviver. Era o início da institucionalização do racismo e da marginalização perpetuada à qual são submetidos até hoje.

Sem trabalho, terra, especialização ou renda, a população negra foi excluída da vida brasileira ficando à margem do processo econômico e social. Participando de revoltas em todo o território nacional, muitas vezes, usados como massa de manobra de setores políticos independentistas ou em reivindicações regionais das oligarquias, sempre punidos severamente, com a morte, após estes acontecimentos.

Um desses eventos foi a Guerra do Paraguai: Contratado para defesa de interesses ingleses, o Império, alforria e envia dezenas de milhares de negros (nos quais os comandos não confiavam), para combater com facas e lanças à artilharia paraguaia, no lugar dos filhos da elite brasileira. Foi um massacre dos dois lados – negros brasileiros, morreram sem armas, sem vestuários e de fome, quando não, pelas mãos dos próprios comandantes brancos – de outro, o extermínio de uma nação indígena desenvolvida, moderna, industrializada, sem escravidão ou analfabetismo. O motivo da guerra foi impedir a concorrência paraguaia aos produtos da revolução industrial inglesa.

A guerra matou mais de 150 mil negros em combate, mas segundo Julio J. Chiavenato em seu livro "O negro no Brasil", entre o censo populacional anterior à guerra e o posterior, mais de 1 milhão de negros desapareceram das estatísticas, fato esse que demonstra onde o genocídio começa e avança no tempo, com a morte a míngua marginalizado, sem indenização, renda ou emprego. Sem políticas de remediação ou inclusão, após abolição.

Desempregado, mal remunerado, discriminado, perseguido e morto pela polícia, por grupos de extermínios, vítima da violência, morto pela fome e pelas doenças do mal morar insalubre. Sendo a maior população desempregada, quando ocupada, tendo os piores e mal remunerados empregos.

A educação formal sendo francamente desfavorável pelas necessidades da sobrevivência, os negros na sua grande maioria não concluem o ensino fundamental e médio, pior ainda, quando conclui o ensino superior enfrenta a maior taxa de desemprego comparado às outras etnias, bem como, os salários mais defasados comparando-se as mesmas funções.

A violência da polícia extermina a juventude negra de modo seletivo. A violência urbana faz o resto, guetizando estes jovens que disputam entre si o espaço e a sobrevivência no mundo da marginalidade, devido à falta de opções. Por ironia, as balas perdidas, desses ou da polícia sempre encontram uma criança ou um jovem negro pela frente.

O imperialismo mata na África patrocinando guerras, doenças, pobreza e fome. Exclusivamente preocupados em conquistar seus recursos naturais.

No Brasil, as elites econômicas e entreguistas concentram riquezas, não promovem o desenvolvimento, uma vez que apostam na lucrativa ciranda financeira. Preferem investir vultosos lucros em paraísos fiscais no estrangeiro, para si e seus descendentes, ao invés de gerar empregos aqui.

Na base da pirâmide social, a população negra vai sofrendo os mesmos problemas perpetuados pelo racismo, marginalizada, despossuída de emprego ou renda, desprestigiada enquanto etnia e valores culturais, estigmatizada para que prevaleça e se perpetue o *status quo*, ou seja, o poder político e econômico na mão das elites brancas, euro-brasileira.

O Estado brasileiro com seu lema estampado na constituição "Do povo para o povo e pelo povo" não considera, não inclui, não respeita e não reconhece o negro enquanto parte do povo brasileiro.

Mas é impossível discutir reparação, seja pecúnia ou em políticas sociais coletivas, sem quantificar o montante para aplicação desta política. Dentre as propostas conhecidas, a da vereadora de SP, Claudete Alves, que estabelece pouco mais de R\$ 2 milhões como indenização para cada descendente de africano escravizado, ou seja a indenização de 80 milhões de brasileiros assim qualificados, custariam ao Estado e a

sociedade brasileira R\$ 160 trilhões ou 80 trilhões de dólares.

A outra proposta do professor e jornalista Fernando Conceição, propõe algo em torno de 142 mil dólares per capita, o que resultaria em valores de 11 trilhões e 360 bilhões de dólares, o equivalente a três PIB's brasileiros, ou seja toda a produção econômica do Brasil, durante três anos. Para chegar a esse valor, o professor Fernando Conceição, calcula o tempo de 30 anos de vida útil produtiva de uma pessoa, que ganha cerca de um salário mínimo, hoje cerca de R\$ 465,00/mês.

Exigir o resgate das dívidas do Estado, da sociedade brasileira, da Igreja Católica e dos países desenvolvidos, beneficiados pela escravidão, através de REPARAÇÕES HUMANITÁRIAS para o povo negro no Brasil, na África e para a diáspora africana, de modo a remediar a falta de condições de igualdade e de oportunidade comparado a outros setores da vida brasileira.

Essa reparação deve ser material em bens ou pecuniária, reconstrução e devolução de sítios históricos, símbolos e territórios negros tradicionais. Proporcionando uma ordem social, e legal que reflita esse reconhecimento, e que proporcione um recomeço aos descendentes de africanos, com as mínimas garantias de dignidade material e legal, contra o passado de exploração, perseguição e privações do escravismo e do racismo.

Simbólica reconhecendo o papel cultural e histórico, com o resgate e revalorização importância da participação do negro na construção da cidadania e da nação; a reconstrução de valores para a cidadania a com a admissão e reconhecimento do escravismo e do racismo como um CRIME LESA HUMANIDADE.

A retratação e a revalorização de personagens negros importantes, relegados a condição de marginais, ao patamar de heróis da nacionalidade, como Zumbi, João Candido, preto Cosme, Luiza Mahin etc; e reescrita da história do país, considerando as lutas dos negros por liberdade, como parte importante da contribuição para o que o Brasil é hoje.

Reconhecer, se retratando dos males que, também este país, provocou aos povos africanos, e ajudando os mesmos, a conquistar a sua reparação junto aos países escravistas, colonialistas e imperialistas.

2. PLANO DE AÇÃO, LUTAS E METAS

O X Congresso dos trabalhadores da Unicamp deve definir as bandeiras e as políticas unificadas e unitárias a serem defendidas e praticadas simultaneamente com os sindicatos; centrais e movimento sociais, da região, estado e se possível de todo o Brasil.

- Luta contra o racismo e suas muitas formas de manifestação;
- Participar das discussões da-Construção do Projeto Político do Povo Negro para o Brasil;
- Participar da Construção do Conceito e da Luta pela REPARAÇÃO HISTÓRICA E HUMANITÁRIA;
- Uma campanha pelo direito a vida e contra o extermínio da juventude negra;
- Defesa da liberdade sexual e reprodutiva das mulheres, o que diminuiria o número de mortes precoce das mulheres negras;
- Destaque para as bandeiras de sobrevivência dignas: Emprego salário e renda para negras e negros;
- Defesa Prioritária da Titulação das terras Quilombolas, e da reforma agrária;
- Defesa das empregadas Domésticas e dos presidiários;
- Investimento e defesa Lei 10.639 e das Cotas nas universidades e empregos, e das Ações Afirmativas;
- Luta contra a intolerância religiosa;
- Incluir nos temas gerais a luta contra a política capitalista neoliberal, e suas reformas;
- Priorizar a luta contra o desemprego e a miséria de nosso povo;
- Incluir nas análises e na luta contra o superávit fiscal;
- Incluir nas bandeiras, baixar os juros básico de modo que viabilize o desenvolvimento do país;
- Propor campanha de um Plano de obras sociais com a criação de milhões de novos empregos;

Assinam este texto: Margarida Barbosa (Caism), Marcio do Carmo (HC) e Maria das Graças (Caism).

Declaração Política do 2º Congresso Nacional da CTB

Cerca de 1.500 lideranças sindicais, incluindo 10 delegados do STU, aprovaram em 26/09 em São Paulo, a Declaração Política do 2º Congresso Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). Sob a perspectiva do sindicalismo classista, o documento atualiza e sintetiza as principais bandeiras de luta para os trabalhadores.

Ao ser elaborado e debatido, o documento levou em conta o contexto da grave crise do capitalismo — que, conforme o texto, “evidencia os limites do capitalismo e o fracasso das políticas neoliberais em todo o mundo. Ao lado dos seus efeitos negativos, a crise também pode abrir oportunidades para o movimento sindical”.

Confira abaixo a íntegra do documento.

Declaração Política do 2º Congresso Nacional da CTB

1- A crise econômica mundial evidencia os limites do capitalismo e o fracasso das políticas neoliberais em todo o mundo. Ao lado dos seus efeitos negativos, a crise também pode abrir oportunidades para o movimento sindical. Realça, em primeiro lugar, a necessidade de lutar por novos modelos de desenvolvimento e defender com energia a soberania das nações e, em especial, os interesses e direitos da classe trabalhadora, duramente castigada pelas demissões em massa, precarização e arrocho dos salários.

2 - No Brasil, em processo de recuperação econômica, e em muitos países da América Latina vivemos um novo e promissor cenário geopolítico, caracterizado pela crescente contestação (em diferentes graus) das políticas neoliberais e da hegemonia dos EUA. Frente a esta conjuntura, a CTB julga oportuno levantar as seguintes bandeiras:

3 - Unidade. Consolidar e ampliar a unidade de todas as centrais e organizações sindicais é o caminho para elevar o protagonismo da classe trabalhadora nas lutas políticas nacionais.

4 - Conclat. Para coroar o processo de unidade que já está em curso a CTB propõe a realização de uma nova Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), reunindo milhares de sindicalistas de todas as centrais e entidades sindicais, independentemente das posições políticas e ideológicas, sem discriminações. A Conclat vai elevar a um novo patamar o nível de intervenção e influência do sindicalismo e da classe trabalhadora na vida nacional.

5 - Desenvolvimento com valorização do trabalho. Na pauta do Conclat é preciso incluir o debate e a defesa de um novo projeto de nação, oposto ao neoliberalismo e fundado na soberania e valorização do trabalho. Devemos lutar por um processo de desenvolvimento cujo objeto e objetivo é o ser humano e não o capital, uma sociedade onde a produção seja destinada a satisfazer as necessidades do povo e não a ganância capitalista. Queremos crescimento com justiça social, pleno emprego, distribuição mais justa da renda, respeito ao meio ambiente, igualdade entre homens e mulheres, negros e brancos, jovens e idosos. Apoiamos o Projeto de Desenvolvimento Rural Alternativo Solidário e Sustentável proposto pela Contag.

6 - Plataforma unificada para 2010. O pleito de 2010 será decisivo na definição dos rumos da nação nos próximos anos. O sindicalismo não pode ficar indiferente, pois estará em questão a continuidade e o aprofundamento do ciclo de mudanças iniciado em 2002 ou o retrocesso neoliberal. É aconselhável a intervenção unitária das centrais sindicais neste processo. A CTB propõe a construção de uma plataforma unificada da classe trabalhadora para 2010.

7 - Integração solidária. A libertação nacional e social dos países latino-americanos passa pelo avanço do processo de integração política e econômico da América Latina. O movimento sindical precisa intervir com o propósito de apoiar o processo de integração, interligar as lutas sociais na região e conferir à união um caráter social mais avançado. É necessário dar consequência prática às resoluções do II Encontro Sindical Nossa América, que reuniu lideranças de 21 países do continente nos dias 22 a 24 de setembro em São Paulo.

8 - Defesa da Democracia e da Paz. A reação oposta pelas forças conservadoras e de direita às mudanças, em cumplicidade com o imperialismo, exige uma defesa enérgica da democracia. A CTB repudia os golpistas de Honduras, manifesta sua solidariedade ao povo hondurenho e defende a imediata recondução de Manuel Zelaya à Presidência daquele país. Também levanta a bandeira da Paz, a luta pelo fim das bases militares dos EUA na Colômbia, no continente americano e em todo o mundo, pela desativação definitiva da 4ª Frota. O capitalismo é um sistema em crise, esgotado historicamente, que já não oferece alternativa de progresso e bem estar aos

povos. O sindicalismo classista deve intensificar a propaganda em defesa do socialismo como saída para os dilemas políticos, econômicos, energéticos, sociais e ambientais que desafiam a humanidade.

9 - A CTB deve se empenhar pelo sucesso da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, que levantará em primeiro plano a bandeira da redução da jornada sem redução de salários e deve reunir dezenas de milhares de pessoas em Brasília.

10 - O petróleo tem que ser nosso. Por um novo marco regulatório petrolífero no país subordinado e integrado a um projeto nacional de desenvolvimento. Os lucros do pré-sal devem ser apropriados pelo Estado e distribuídos em benefício do povo brasileiro.

11 - Marcha pela Reforma Agrária em Brasília. A CTB defende a organização de uma grande manifestação em Brasília pela efetivação da Reforma Agrária e por um Projeto de Desenvolvimento Rural Alternativo solidário e sustentável, em conjunto com a Contag.

12 - Também estão inscritas na agenda da CTB para o próximo período a luta pelo fim do fator previdenciário; a defesa da unicidade sindical e o combate sem tréguas ao divisionismo; pelo fim da portaria 186 do Ministério do Trabalho; contra a criminalização dos movimentos sociais; pela criação e institucionalização dos comitês sindicais de base; pela universalização dos serviços públicos e dos benefícios previdenciários; a defesa do direito irrestrito de greve; proibição das demissões em massa; ratificação das convenções 158 e 151 da OIT; a luta por mudanças na política econômica, pelo fim do superávit primário, redução dos juros e do spread bancário, controle do câmbio e do fluxo de capitais, taxação das remessas de lucros e dividendos; mais investimentos públicos e maior intervenção do Estado na economia; defesa de uma reforma tributária progressiva, que desonere o trabalho e onere o capital financeiro; reforma educacional progressista; reforma política democrática; reforma urbana; democratização dos meios de comunicação. As bandeiras da valorização do trabalho são bandeiras do desenvolvimento com igualdade, justiça social e democracia.

Assinam este texto: **Cleusa (IFCH), Ergio (FEE), Gilmar (NEPAN), João Paulo (FASUBRA), Cido (SIARQ), Marcílio (CCS), Bel (HC), Marinalva (HC), Osmar Marchese (Aposentados), Maria Alice Cherubim (FE).**

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As alterações estatutárias serão debatidas e deliberadas indicativamente no congresso. Após serem aprovadas pelo X Congresso as alterações serão submetidas à consulta dos associados, com a participação de no mínimo 2/3 dos associados conforme novo Código Civil e o Estatuto do Sindicato.

ALERTA UNICAMP COMPROMISSO COM O TRABALHADOR

Rever as alterações estatutárias aprovadas a partir do VII Congresso que não puderam ser registradas em função de novo Código Civil.

O X Congresso deve remeter a diretoria do sindicato a aplicação dessas deliberações em regimentos (se for o caso) e analisar a viabilidade de outras deliberações, dando a essas não o caráter de alteração estatutária, mas de resolução política.

SINDICATO PARA TODOS

A diretoria do sindicato será eleita de maneira proporcional, garantindo-se às chapas concorrentes a correspondência entre o número de votos obtidos e o número de cargos na diretoria;

A Comissão Eleitoral será composta por 01 (um) membro indicado por cada chapa, e por 01 (um) membro da diretoria do Sindicato, todos com direito a voz e voto;

O STU não cobrará taxas assistenciais ou percentual sobre as ações do jurídico do STU;

Manutenção da filiação à CUT conforme o estabelecido nos Estatutos do STU (válido e registrado em cartório);

Em caso de aprovação dos itens anteriores, ajustar os demais itens do Estatuto.

RETOMAR O SINDICATO

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

Artigo 8º parágrafo 2º : Substituir a

palavra “poderão” por “deverão”.

Artigo 10º: suprimir “por suas chapas ou teses”.

SEÇÃO II

Artigo 19º item C : avaliar se é viável definir um quorum mínimo em relação ao quadro de associados e X avos dos sócios presentes na assembleia.

Artigo 20º parágrafo 2º: suprimir a palavra “extraordinárias”

Artigo 21º parágrafo 3º: substituir “da CUT, Fasubra e demais entidades” por “das entidades as quais o STU é filiado e outras entidades de interesse da categoria”.

SEÇÃO III

Artigo 26º e artigo 27º parágrafo 1º: “Avaliar se o Conselho Fiscal tem que ser eleito no congresso ou poderia ser em assembleia”. (Argumento: se o Congresso acontecer 6 meses antes da eleição da nova diretoria do STU e todos membros do Conselho Fiscal entrarem em uma chapa que se tornará vencedora, o STU fica sem Conselho Fiscal até o próximo congresso?).

SEÇÃO IV

Artigo 35º: após a palavra “impedimento” acrescentar “eleito para diretoria do STU, Central Sindical ou Federação”.

SEÇÃO VII

Artigo 44º: antes da palavra “os diretores” acrescentar a palavra “Todos” e após a palavra “sindicato” acrescentar “inclusive os liberados”.

CAPÍTULO IV

Artigo 46º: após a palavra “declaração” substituir “da chapa vencedora” por “de percentual de votos obtidos por cada chapa” e após a palavra “proclamação” substituir “da chapa vencedora” por “do resultado proporcional obtido por cada chapa”.

Artigo 47: após a palavra “eleita” substituir todo o texto por “proporcionalmente pelas chapas concorrentes aplicando-se o percentual de votos obtidos por cada uma delas para definição do número de diretores a que caberá a cada chapa”.

Parágrafo 1º: Substituir todo texto deste parágrafo por “havendo empate em número de votos entre as chapas que obtiver maior votação, a definição da chapa vencedora para efeito de aplicação do programa e outras consequências, se dará por sorteio”.

Parágrafo 2º: após a palavra “Sindicato”, suprimir todo texto.

Artigo 48º parágrafo 2º: após o texto acrescentar “extensivo para a nova diretoria eleita”.

CAPÍTULO V

Artigo 54º item b): suprimir “de qualquer natureza”.

Artigo 55º item g): suprimir “de qualquer natureza”.

Artigo 57º: após a palavra “mês” acrescentar “seguinte”.

CAPÍTULO VII

Artigo 72º: substituir a palavra “votação” por “aprovação”.

10 ANOS DE CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Nesses 18 anos de Sindicato já são nove Congressos. Estamos entrando no X Congresso com muita expectativa de um congresso que avance na luta dos trabalhadores. Abaixo flashes dos congressos realizados.

I Congresso



II Congresso



III Congresso



V Congresso



VI Congresso



IV Congresso



VIII Congresso



IX Congresso



VII Congresso

